

PREGÃO ELETRÔNICO

90024/2024

CONTRATANTE (UASG)
(158126)

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico - Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e Dados), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Discagem Direta Internacional (DDI) e roaming internacional a ser executado de forma contínua, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 226.800,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 25/11/2024 às 08:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Edital 11/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2024	158126-INSTITUTO FED SUL R. GRANDENSE	MARCELO SIMBORSKI DORNELES	06/11/2024 11:11 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	32/2024	23495.000842.2024-28

1. Do objeto

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

MINUTA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90024/2024.

(Processo Administrativo nº 23495.000842.2024-28)

Torna-se público que o(a) Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Santana do Livramento, por meio da Coordenadoria de Compras e Licitações (SL-COLIC), sediado(a) na Avenida Paul Harris, 410) ,Bairro Fortim, Santana do Livramento, RS, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de Telefônico - Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e Dados), nas modalidades Local, Longa Distancia Nacional (LDN) e Discagem Direta Internacional (DDI) e roaming internacional a ser executado de forma contínua, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. Da participação na licitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4.. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *valor unitário mensal e total do item;*

5.1.2. *Quantidade cotada, devendo respeitar o a quantidade prevista de cada item.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.5.1 A Administração não aceitará valor acima do previsto para o item.

6.5.2 Na cotação dos preços e na fase de lances, serão aceitos somente 02 (dois) dígitos após a vírgula. Caso isto não ocorra, o Pregoeiro estará autorizado arredondar para menor, de forma que valor fique com no máximo duas casas decimais após vírgula.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,50 (cinquenta centavos)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. Da fase da habilitação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. Da ata de registro de preços

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8 Conforme Decreto nº 11.462/2023, art. 15, inciso VII, a vedação à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.9 Conforme Decreto nº 11.462/2023, art. 15, a vedação à contratação, no mesmo órgão ou na mesma entidade, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 49 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. Da formação do cadastro de reserva

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. Dos recursos

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.santana.ifsul.edu.br/2024/pregao-eletronico>.

12. Das infrações administrativas e sanções

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 **(quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio, email sl-colic@ifsul.edu.br.*

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. Das disposições gerais

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.santana.ifsul.edu.br/2024/pregao-eletronico>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência**14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar e seus anexos****14.11.2 ANEXO II - Minuta do Termo de contrato****14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços****14.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta**

Sant'Ana do Livramento, 06 de novembro de 2024.

Celso Silva Gonçalves

Diretor Geral

IFSul - Campus Santana do Livramento

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELSON SILVA GONCALVES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/11/2024 às 11:11:05.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TERMO DE REFERENCIA 43-2024.pdf (4.5 MB)
- Anexo II - CONTRATO5_2024.pdf (171.13 KB)
- Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Precos.pdf (187.38 KB)
- Anexo IV - MODELO DE PROPOSTA ANEXO IV.pdf (66.72 KB)

Anexo I - TERMO DE REFERENCIA 43-2024.pdf

Termo de Referência 43/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
43/2024	158126-INSTITUTO FED SUL R. GRANDENSE	RODRIGO DE OLIVEIRA ESTELA	22/10/2024 11:49 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23495.000503.2024-41

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico - Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e Dados), nas modalidades Local, Longa Distancia Nacional (LDN) e Discagem Direta Internacional (DDI) e roaming internacional a ser executado de forma contínua, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento. Os serviços serão prestados de forma continuada, para a Reitoria do IFSul e os Campus Jaguarão e Santana do Livramento nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Tabela 01 - Serviços e quantidades estimadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 60 MESES	VALOR (Máximo Aceitável)	VALOR (Máximo Aceitável para 60 Meses)
1	Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Campus Santana do Livramento, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento	26387	mês	300	210.00	63.000.00

	<p>de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p> <p><i>*Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i></p> <p><i>** Campus Santana do Livramento necessita do fornecimento de até 05 SmartPhones + Chips.</i></p>					
2	<p>Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Campus Jaguarão, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p> <p><i>*Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i></p> <p><i>** Campus Jaguarão necessita do fornecimento de até 03 SmartPhones + Chips.</i></p>	26387	mês	180	210.00	37.800.00
3	<p>Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Reitoria, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p>	26387	mês	600	210.00	126.000.00

<p><i>*Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i></p> <p><i>**Reitoria necessita do fornecimento de até 10 SmartPhones + Chips.</i></p>					
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

**Com relação ao serviço de roaming internacional o mesmo será ativo por demanda, e o valor referenciado contempla o total de linhas solicitado pelas unidades participantes do certame.*

***O quantitativo de linhas/aparelhos que serão contratados pelas unidades está descrito neste tópico.*

Velocidade de download e upload nominal absolutamente compatível com a tecnologia em operação, atendendo ao Regulamento da ANATEL e plena cobertura e atendimento das localidades dos membros que já foram listados neste Estudo Técnico Preliminar;

Tecnologia digital, 3G, 4G e 5G e/ou superior (quando possível dentro da área de abrangência), incluindo transmissão de voz e dados, roaming nacional automático, envio e recebimento de mensagens de texto (SMS) e multimídia (MMS), pós pago para qualquer, operadora e destino sem custo adicional englobando chamadas (locais, DDD), pacote de dados, pacote de SMS e MMS;

Tabela 02 - Características MÍNIMAS dos aparelhos e acessórios

Características	
Aparelho	Celular, tipo SmartPhone DUAL CHIP (Nano-SIM (4FF)), na cor PRETA ou PRATA.
Acessórios	Fone de Ouvido (com fio), Carregador Bivolt, Manual de uso do aparelho em Português (impresso em papel ou online), Extrator de Chip
Funcionalidades	Vibração, opção de seleção de chip para realizar ligações ou navegar na internet, bloqueio do uso de dados, modo avião, viva voz, discagem rápida, conferência, registro de chamadas (discadas/recebidas/não atendidas), chamada em espera, player de música e de vídeo, browser com suporte a HTML/HTML5, envio de SMS e MMS, edição de texto, calculadora, agenda de compromissos, calendário, alarme/despertador, proteção de tela, acesso ao telefone através de senha e biometria, suporte da conta de e-mail, permitir a visualização do documentos em diferentes formatos (DOC, XLS, PDF), permitir a localização do aparelho no caso de perda ou roubo (quando permitido pelo Sistema Operacional), função de migração/espelhamento telefone anterior (quando permitido pelo Sistema Operacional).
Conectividade	Wi-Fi (802.11 b/g/n/ac/ax) - 2.4GHz+5GHz, Roteador Wi-Fi, Bluetooth, conexão com PC/Notebook via USB, GPS.
Rede de Dados	3G, 4G e 5G (quando existir disponibilidade) nos padrões autorizados pela ANATEL
Rede GSM	QuadriBAND (850/900/1800/1900 MHz)
Tela	Tamanho: 6.1” FHD (Mínimo), função de autorrotação da tela, touchscreen capacitivo.
Bateria	3900mAh
Processador	Octa-Core (velocidade mínima 2.5GHz)

Armazenamento Interno	128Gb (Mínimo)
Memória RAM	8Gb (Mínimo)
Resolução Câmera Frontal	12MP (Mínimo)
Resolução Câmera Traseira	12MP (Mínimo), Zoom digital até 10x, Flash-LED, Estabilizador de Imagem, Foco Automático
Equipamento novo, primeiro uso, garantia mínima de 01 ano.	

Tabela 03 - Unidades Participantes

Unidade Participante:		IFSul – Campus Santana do Livramento	
Endereço:		Av. Paul Harris, 410 – Fortim – Santana do Livramento/ RS - CEP 97.574-360	
Quantidade de Linhas e Aparelhos		05 (cinco)	
Quantidade	Setor	Número Existente	Portabilidade
01	DIRGER (Direção -geral)	(55) 99149-8695	SIM
01	GABDIR (Gabinete da Direção)	Nova Linha	NÃO
01	DEPEX (Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão)	(55) 99147-8495	SIM
01	CORAC (Coordenadoria de Registros Acadêmicos)	(55) 99150-0412	SIM
01	DEAP (Departamento de Administração e Planejamento)	(55) 99147-0506	SIM

Unidade Participante:	IFSul – Campus Jaguarão

Endereço		Rua Corredor das Tropas, 801 – Jaguarão/RS CEP 96.300-000	
Quantidade de Linhas e Aparelhos		03 (três)	
Quantidade	Setor	Número Existente	Portabilidade
01	DIRGER (Direção-geral)	(53) 99177-4374	SIM
01	DEPEX (Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão)	(53) 99177-4165	SIM
01	DEAP (Departamento de Administração e Planejamento)	(53) 99177-4357	SIM

Unidade Participante:		IFSul – Reitoria	
Endereço		Rua Gonçalves Chaves, 3218 – Centro – Pelotas/RS CEP 96.015-560	
Quantidade de Linhas e Aparelhos		10 (dez)	
Quantidade	Setor	Número Existente	Portabilidade
01	DPO (Diretoria de Projetos e Obras)	Nova Linha	NÃO
02	PROEN (Pró-Reitoria de Ensino)	Nova Linha	NÃO
01	DES (Departamento de Seleção)	Nova Linha	NÃO
01	DEPEI (Departamento de Educação Inclusiva)	Nova Linha	NÃO
01	DEGAE (Departamento de Gestão e Assistência Estudantil)	Nova Linha	NÃO
04	A Definir	Nova Linha	NÃO

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados a partir da data prevista no contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10729992000146-0-000009/2024

II) Data de publicação no PNCP: 23/05/2023

III) Id do item no PCA: 27

IV) Classe/Grupo: 141 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS

V) Identificador da Futura Contratação: 158126-900032/2024

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Deverão ser adotadas, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 7.746/2012.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da data constante na Ordem de Serviço, emitida pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, ato contínuo a assinatura da ordem de serviço, a CONTRATADA iniciará o processo de portabilidade dos números de telefone utilizados pela Reitoria e Campus participantes deste processo;

5.1.2. Após assinatura do contrato, a empresa vencedora terá até 15 dias corridos para envio dos novos aparelhos de celular, conjuntamente com os Mini-Sim já com os números de telefone nos quais a portabilidade foi realizada, não serão aceitas prorrogações de qualquer natureza neste processo;

5.1.3. Deverá ser fornecida relação dos números dos módulos de identidade de assinantes Mini-Sim, aparelhos com seus respectivos IMEI, números de série em formato preferencialmente em planilha eletrônica e/ou texto;

5.1.4. Recebidos os novos aparelhos, com os chips de celular, os mesmos serão entregues aos seus respectivos usuários, que ficará responsável por verificar a qualidade do material recebido, realizar a migração dos seus dados, e efetuar testes do novo serviço. Em caso de problemas de qualquer natureza, a CONTRATADA será informada através do Fiscal Técnico do Contrato e terá o prazo máximo de 5 dias para realizar todos os ajustes técnicos, troca de aparelho, verificações do serviço que sejam necessárias para a ativação do serviço;

5.1.5. Concluídas as etapas caberá ao Fiscal Técnico e ao Gestor de Contrato dar o serviço como concluído para a CONTRATADA.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.2. A demanda do órgão tem como base as características já mencionadas no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.15. Não se aplica, considerando as características dos serviços a serem prestados.

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto não será através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, através de termo detalhado por meio dos canais de comunicação apropriados com a contratada

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução

contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal/fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1. a data da emissão;

7.15.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.3. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.4. o valor a pagar; e

7.15.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento mensal dependerá da real utilização dos serviços, podendo haver variação entre as quantidades efetivamente utilizadas e as quantidades estimadas.

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, na forma da lei.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou por meio de código de barras contido na Nota Fiscal/Fatura.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.30.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.31. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.34. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de prestadora de serviços telecomunicações expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações ou documento que prove a dispensa da autorização, nos termos do Regulamento Geral de Outorgas (RGO), Resolução nº 720/2020 da ANATEL.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, acompanhados do respectivo recibo de entrega da Junta Comercial do Estado da sede da licitante ou recibo de entrega do SPED Contábil, comprovando:
- 8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
 - 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10.% do valor total estimado da contratação.
- 8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).
- 8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. A empresa deve ser especializada e autorizada pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, apresentando o Termo de Autorização, em plena validade, Contrato de Concessão ou documento equivalente para a exploração dos serviços objeto deste Termo de Referência.

8.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

8.31.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 226.800,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 226.800,00 (Duzentos e Vinte e Seis Mil e Oitocentos Reais), conforme custos unitários apostos na do Item 01 (Defini deste termo de referência).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26436/154773

II) Fonte de Recursos: 1000000000

III) Programa de Trabalho: 12363511220RL0043

IV) Elemento de Despesa: 33.90.40

V) Plano Interno: L20RLP0114N

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO DE OLIVEIRA ESTELA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:26:12.

BRUNO ERNESTO TECHERA DA MOTTA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/10/2024 às 11:49:42.

ROGERIO VALENTE ERNST

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:36:09.

ANA PAULA VAZ ALBANO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:30:03.

MARCELO FELIPE SARAIVA BORBA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:32:05.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP43_2024.pdf (4.3 MB)

Anexo I - ETP43_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 43/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23495.000503.2024-41

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico - Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e Dados), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Discagem Direta Internacional (DDI) a ser executado de forma contínua e **roaming internacional (sob demanda)**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

Para a presente contratação, justifica-se a não utilização de catálogo eletrônico de padronização, em atendimento ao art. 19 § 2º e art. 40 da Lei 14133/21, visto que, em consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não consta este item.

Ainda, cabe mencionar que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias/instrumentais/complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do IFSul, conforme art. 48 da Lei 14133/21.

O Serviço Móvel Pessoal (SMP) compreende: o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis ou destas para outras redes de telecomunicações de interesse coletivo, além de serviços de valor agregado como mensagens e acesso à internet.

O Contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses a contar da ordem de serviço, prorrogado por períodos iguais ou inferiores com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitado a 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Esse prazo mínimo da contratação foi estipulado de modo a permitir às operadoras de telefonia realizar a amortização dos aparelhos fornecidos em comodato, sem que os preços dos serviços sejam onerados além do necessário para a equalização dos investimentos efetuados.

Esta contratação prevê o fornecimento de aparelhos "dual-chip" (duplo SIM) visando atender necessidade do órgão que permite utilizar chips de operadoras em outros estados da federação ou, no exterior a fim de atender demandas específicas de dirigentes/servidores em missões em outros estados /países.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Administração e Planejamento do Câmpus Santana do Livramento	Ana Paula Vaz Albano

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP, e Internet Móvel, com franquia mínima de 20GB. Extrapolando o limite admite-se redução de velocidade, sem interrupção dos serviços. Velocidade de

download e upload nominal absolutamente compatível com a tecnologia em operação, atendendo às normas vigentes da ANATEL e plena cobertura e atendimento das localidades especificadas e listadas neste ETP. Os serviços deverão possuir a tecnologia digital 3G, 4G e potencialmente 5G e/ou superior (quando possível dentro da área de abrangência), incluindo transmissão de voz e dados.

Os serviços de telefonia devem contemplar as modalidades longa distância, além de ROAMING NACIONAL E INTERNACIONAL. Os serviços de roaming nacional deverão ocorrer de forma automática, sem a necessidade de habilitação do acesso móvel ou de qualquer outro equipamento, em todo o território nacional, com envio e recebimento de mensagens de texto (SMS) e multimídia (MMS), pós pago para qualquer operadora ou destino sem custo adicional, com fornecimento de módulos de identidade de assinante (Sim, Mini-Sim ou equivalente), habilitados no Brasil (+55), funcionais e compatíveis com as especificações técnicas dos aparelhos telefônicos descritos nesse ETP. Ainda, cabe a contratada garantir a ampla e irrestrita cobertura do acesso a Internet para qualquer localidade dentro do Brasil (+55), salvo questões técnicas que impeçam o fornecimento do serviço, tais como, ausência de cobertura no sinal de telefonia móvel/internet em determinada localidade, devido a total falta de estrutura.

Todas as unidades do IFSul, participantes deste certame, deverão ter o tráfego de voz, dados e mensagens liberados por padrão para a República Oriental do Uruguai (+598), como a instituição possui convênio com diferentes instituições da pátria uruguaia, faz-se necessário que este tipo de serviço seja liberado desde o início do novo contrato.

Sob o aspecto de ROAMING INTERNACIONAL, admite-se redução da franquia mínima de internet para 2GB. Essa redução é admitida em razão dos custos envolvidos nesse tipo de utilização. Os demais serviços permanecem inalterados.

A contratada deverá permitir a realização de chamadas de longa distância, na modalidade internacional (DDI), quando o Fiscal do Contrato realizar solicitação formal deste serviço, informando os dados necessários para tal liberação, tais como: período inicial e final do serviço, os países para os quais deseja habilitar este recurso, número do(s) telefone(s) que terão este recurso habilitado. A Contratada, deverá ter registros precisos do período da solicitação, bem como informar separadamente, em fatura, os custos envolvidos nesse processo.

A Contratada deverá fornecer, em regime de COMODATO, os aparelhos celulares, do tipo SMARTPHONE com Sistema Operacional atualizado, já prevendo a atualização dos mesmos a cada 5 anos, sempre focando na melhoria de recursos (processamento, acessibilidade, tamanho de tela, memória RAM, armazenamento interno, conexão com a internet). A descrição mínima dos equipamentos, consta no item seguinte.

Características MÍNIMAS dos aparelhos e acessórios

Características	
Aparelho	Celular, tipo SmartPhone DUAL CHIP (Nano-SIM (4FF)), na cor PRETA ou PRATA.
Acessórios	Fone de Ouvido (com fio), Carregador Bivolt, Manual de uso do aparelho em Português (impresso em papel ou online), Extrator de Chip
	Vibração, opção de seleção de chip para realizar ligações ou navegar na internet, bloqueio do uso de dados, modo avião, viva voz, discagem rápida, conferência, registro de chamadas (discadas/recebidas/não atendidas), chamada em espera, player de música e de vídeo, browser com suporte a HTML/HTML5, envio de SMS e MMS, edição de texto, calculadora, agenda de compromissos, calendário, alarme/despertador,

Funcionalidades	proteção de tela, acesso ao telefone através de senha e biometria, suporte da conta de e-mail, permitir a visualização dos documentos em diferentes formatos (DOC, XLS, PDF), permitir a localização do aparelho no caso de perda ou roubo (quando permitido pelo Sistema Operacional), função de migração/espelhamento telefone anterior (quando permitido pelo Sistema Operacional).
Conectividade	Wi-Fi (802.11 b/g/n/ac/ax) - 2.4GHz+5GHz, Roteador Wi-Fi, Bluetooth, conexão com PC/Notebook via USB, GPS.
Rede de Dados	3G, 4G e 5G (quando existir disponibilidade) nos padrões autorizados pela ANATEL
Rede GSM	QuadriBAND (850/900/1800/1900 MHz)
Tela	Tamanho: 6.7" FHD (Mínimo), função de autorrotação da tela, touchscreen capacitivo.
Bateria	5000mAh
Processador	Octa-Core (velocidade mínima 2.5GHz)
Armazenamento Interno	256Gb (Mínimo)
Memória RAM	12Gb (Mínimo)
Resolução Câmera Frontal	12MP (Mínimo)
Resolução Câmera Traseira	12MP (Mínimo), Zoom digital até 10x, Flash-LED, Estabilizador de Imagem, Foco Automático
<i>Equipamento novo, primeiro uso, garantia mínima de 01 ano.</i>	

O quantitativo de equipamentos a serem fornecidos, bem como o número de linhas a serem contratadas é demonstrado a seguir:

Unidade Participante:	IFSul – Campus Santana do Livramento
Endereço	Av. Paul Harris, 410 – Fortim – Santana do Livramento – RS CEP 97574-360

Quantidade de <i>Linhas e Aparelhos</i>		05 (cinco)	
Quantidade	Setor	Número Existente	Portabilidade
01	DIRGER (Direção Geral)	(55)99149-8695	SIM
01	GABDIR (Gabinete da Direção)	Nova Linha	NÃO
01	DEPEX (Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão)	(55)99147-8495	SIM
01	CORAC (Coordenadoria de Registros Acadêmicos)	(55)99150-0412	SIM
01	DEAP (Departamento de Administração)	(55)99147-0506	SIM

Unidade Participante:		IFSul – Campus Jaguarão	
Endereço		Rua Corredor das Tropas, 801 – Jaguarão – RS CEP 96300-000	
Quantidade de <i>Linhas e Aparelhos</i>		03 (três)	
Quantidade	Setor	Número Existente	Portabilidade
01	DIRGER (Direção Geral)	(53)99177-4374	SIM
01	DEPEX (Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão)	(53)99177-4165	SIM
01	DEAP (Departamento de Administração)	(53)99177-4357	SIM

Unidade Participante:		IFSul – Reitoria	
Endereço		Rua Gonçalves Chaves, 3218 – Centro – Pelotas – RS CEP 96015-560	

Quantidade de <i>Linhas e Aparelhos</i>		10 (dez)	
Quantidade	Setor	Número Existente	Portabilidade
01	DPO (Diretoria de Projetos e Obras)	Nova Linha	NÃO
02	PROEN (Pró-Reitoria de Ensino)	Nova Linha	NÃO
01	DES (Departamento de Seleção)	Nova Linha	NÃO
01	DEPEI (Departamento de Educação Inclusiva)	Nova Linha	NÃO
01	DEGAE (Departamento de Gestão e Assistência Estudantil)	Nova Linha	NÃO
04	A Definir	Nova Linha	NÃO

O objeto deste estudo inclui os serviços descritos a seguir **sem ônus para a Contratante**:

- Serviços de Portabilidade, sem custo para a Contratante;
- Em se tratando da questão PORTABILIDADE, cabe a Contratada realizar o processo de portabilidade junto a ANATEL de todos os números de telefone já utilizados pela instituição visando principalmente: minimizar os transtornos causados pela troca de número de telefone dos usuários das linhas atuais, a divulgação já realizada dos números atuais junto a comunidade acadêmica, garantir a continuidade de tratativas entre o público direto (alunos, servidores, demais instituições parceiras do IFSul) e público indireto (fornecedores, prestadores de serviço) que já utilizam as formas de contato atuais. Os prazos para realização serão regulados pelas normas da ANATEL (*período não superior a 3 dias úteis para realização da portabilidade*).
- Habilitação de Linhas;
- Escolha ou troca de número;
- Identificação de Chamadas;
- Identificação do assinante chamador;
- Chamada em espera e conferência;
- Substituição de números;
- Bloqueio por extravio (perda ou roubo);
- Custo de sindicância e ligações provenientes de clonagem da linha celular;
- Facilidades de identificador de chamadas, transferência temporária de chamada (siga-me, neste caso não haverá gestão sobre as ligações nesse serviço, conferência, chamada em espera, não perturbe e ocultação do número da linha no identificador de chamadas do telefone de destino);
- Reativação de número de linha;
- Serviço de caixa eletrônica de mensagens (secretária eletrônica);
- Disponibilização de ferramenta online (conta online) para consulta ao detalhamento das faturas e dos serviços, com acesso aos gestores e/ou administradores do contrato;
- Adicional de chamadas;
- Deslocamento.

Os serviços serão oferecidos na forma de pacotes, com custo fixo mensal, a tabela seguinte, demonstra os quantitativos para cada unidade participante:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 60 MESES	VALOR (Máximo Aceitável)	VALOR (Máximo Aceitável para 60 Meses)
1	<p>Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Campus Santana do Livramento, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p> <p><i>*Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i></p> <p><i>** Campus Santana do Livramento necessita do fornecimento de até 05 SmartPhones + Chips.</i></p>	26387	mês	300		
	<p>Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Campus Jaguarão, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino</p>					

2	<p>Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p> <p><i>*Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i></p> <p><i>** Campus Jaguarão necessita do fornecimento de até 03 SmartPhones + Chips.</i></p>	26387	mês	180		
3	<p>Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Reitoria, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p> <p><i>*Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i></p> <p><i>**Reitoria necessita do fornecimento de até 10 SmartPhones + Chips.</i></p>	26387	mês	600		

**Com relação ao serviço de roaming internacional o mesmo será ativo por demanda, e o valor referenciado contempla o total de linhas solicitado pelas unidades participantes do certame.*

***O quantitativo de linhas/aparelhos que serão contratados pelas unidades está descrito neste tópico.*

Velocidade de download e upload nominal absolutamente compatível com a tecnologia em operação, atendendo ao Regulamento da ANATEL e plena cobertura e atendimento das localidades dos membros que já foram listados neste Estudo Técnico Preliminar;

Tecnologia digital, 3G, 4G e 5G e/ou superior (quando possível dentro da área de abrangência), incluindo transmissão de voz e dados, roaming nacional automático, envio e recebimento de mensagens de texto (SMS) e multimídia (MMS), pós pago para qualquer, operadora e destino sem custo adicional englobando chamadas (locais, DDD), pacote de dados, pacote de SMS e MMS;

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual;

Não será admitido o consórcio entre a licitante vencedora e outras empresas.

5. Justificativa e Objetivo da Contratação

A comunicação é instrumento essencial em toda e qualquer organização formal, o que não seria diferente na Administração pública, a qual busca constantemente a eficiência na prestação de seus serviços. Nessa seara, a comunicação contemporânea exige cada vez mais agilidade nos processos comunicativos e, por consequência, nas tomadas de decisões. Diante disso, torna-se indispensável os serviços e equipamentos pretendidos nessa contratação, em especial, a franca expansão territorial do órgão como um todo, tanto internamente no país, quanto além fronteiras, haja vista a gama de convênios e parcerias existentes e vislumbradas pela IFSul.

Dessa forma, é indispensável nos dias atuais que os gestores públicos lancem mão de tais recursos com o objetivo de imprimirem uma maior velocidade na tomada de decisão, por meio de acesso à internet móvel e uso da telefonia móvel, tornando o processo de comunicação dinâmico, ao possibilitar que deliberações ocorram em tempo real, ou seja, esta contratação pretende, portanto, garantir a continuidade dos serviços de comunicação de voz e dados via rede móvel do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Portanto, a contratação de Dados Móveis servirá para atender a crescente demanda por serviços corporativos disponibilizados nos sítios institucionais (correio eletrônico institucional (e-mail), de mensagem instantânea, de nuvem de dados corporativa, dentre outros), enquanto que o serviço continuado de telefonia fixa e móvel (de abrangência regional, nacional e internacional), entende-se como serviço essencial e permanente às atividades-fim da Administração Pública, não podendo ser paralisado, sob pena de prejuízo à comunicação/tráfego de dados móveis e ao desenvolvimento do Órgão Público, afetando negativamente a efetividade dos serviços públicos prestados.

A contratação por grupos busca garantir a eficiência e eficácia dos serviços de telefonia. Os seguintes motivos justificam a adoção deste método:

- **Natureza do Serviço:** O tipo de serviço prestado não admite parcelamento da solução. Portanto, é necessário que uma única operadora seja responsável pela prestação do serviço de telefonia em uma das unidades participantes. Essa abordagem garante a integridade e a continuidade do serviço, evitando a fragmentação e possíveis lacunas na cobertura.
- **Viabilidade Econômica e Administrativa:** Economicamente e administrativamente, é inviável manter dois contratos paralelos com empresas distintas para o mesmo objeto. A existência de contratos separados poderia gerar problemas financeiros e administrativos, além de potencializar

conflitos de interesse entre as partes envolvidas. A centralização em um único contrato é mais eficiente e reduz riscos associados à gestão.

- **Garantia de Qualidade e Agilidade:** A contratação por grupos assegura uma resposta rápida às demandas da instituição, permitindo uma administração mais eficiente e coordenada, devido ao contato centralizado com uma única empresa prestadora de serviços.

6. Conceituação

Para fins deste Estudo Técnico Preliminar, em relação ao serviço telefônico, devem ser consideradas algumas definições importantes, tais quais:

ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de Órgão regulador das telecomunicações e sede no Distrito Federal;

ÁREA DE REGISTRO - AR: Área geográfica contínua, definida pela ANATEL, onde é prestado o SMP, tendo o mesmo limite geográfico de uma Área de Tarifação, onde a Estação Móvel do SMP é registrada;

ÁREA DE SERVIÇO DA PRESTADORA: Conjunto de áreas de cobertura de uma mesma prestadora de SMP;

CHAMADAS VC Móvel/Móvel INTRAGRUPO: Chamadas efetuadas dentro de cada grupo, da mesma Operadora, do mesmo código de área;

ESTAÇÃO MÓVEL: Estação de telecomunicações do Serviço Móvel Pessoal que pode operar quando em movimento ou estacionada em lugar não especificado;

LIGAÇÕES INTRAOPERADORA: São aquelas originadas e terminadas na mesma operadora;

LIGAÇÕES EXTRAOPERADORA: São aquelas que terminam fora da rede da operadora contratada;

OPERADORA: Empresa ou consórcio de empresas que apresentaram uma proposta conjunta, para prestação de serviços de Telefonia Móvel e Fixa Comutada;

PERFIL DE TRÁFEGO: quantitativo médio mensal estimado em minutos, de ligações telefônicas efetuadas, em função do horário e das localidades de destino de maior ocorrência;

PORTABILIDADE NUMÉRICA: Facilidade que possibilita ao usuário de serviço de telecomunicações manter o código de acesso a ele designado, independentemente de prestadora de serviço de telecomunicações ou de área de prestação de serviço.

ROAMING: Facilidade que permite a uma Estação Móvel visitante acessar ou ser acessada pelo Serviço de Telefonia Móvel, em um sistema visitado;

ROAMING INTERNACIONAL: Sistema roaming internacional possibilita a seus clientes receber e efetuar ligações no exterior;

SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP): Entende-se como sendo o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações, caracterizado por possibilitar a comunicação entre estações de uma mesma área de Registro do SMP ou acesso a redes de telecomunicações de interesse coletivo;

VALOR DE COMUNICAÇÃO (VC): Valor devido pelo Usuário, por unidade de tempo, pela realização de comunicação;

VC M/F: Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada de Estação Móvel para assinante do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), originada e terminada na Área de Mobilidade do assinante do Serviço Móvel Pessoal (SMP);

VC M/F (R): Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada VC M/F efetuada na condição de roaming;

VC M/M: Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada entre assinantes do Serviço Móvel Pessoal (SMP) com mesma Área de Mobilidade e quando originadas e terminadas na Área de Mobilidade dos assinantes;

VC M/M (R): Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada VC M/M efetuada na condição de roaming;

VC M/M (M): Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada VC M/M entre assinantes de mesma prestadora;

VC M/M (D): Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada VC M/M entre assinantes de diferentes operadoras.

Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços deverão ser prestados de acordo com as normas previstas para prestação de SMP pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), dentre outras que lhe sejam correlatas:

- Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT);
- Resolução nº 321, de 27 de setembro de 2002 (Aprova o Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal – PGA-SMP.);
- Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007 (Regulamento do Serviço Móvel Pessoal -SMP);
- Resolução nº 478, de 7 de agosto de 2007 (Plano Geral de Autorizações do SMP);
- Resolução nº 614, de 28 de maio 2013 (Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite);
- Resolução nº 632, de 7 de março de 2014 (Aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC.);
- Resolução nº 654, de 13 de julho de 2015 (Aprova o Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações.);
- Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);
- Resolução nº 712, de 18 de junho de 2019 (Aprova o Regulamento para Coleta de Dados Setoriais pela Agência Nacional de Telecomunicações e dá outras providências.);
- Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019 (Aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações.);
- Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019 (Aprova o Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL.);
- Resolução nº 749, de 15 de março de 2022 (Aprova o Regulamento de Numeração dos Serviços de Telecomunicações e dá outras providências.);
- Resolução nº 750, de 15 de março de 2022 (Altera o Regulamento de Serviços de Telecomunicações, o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado e o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, e substitui itens da Norma do Serviço Móvel Global por Satélite Não-Geoestacionário - Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998 e Anexos)
- Os serviços de telefonia móvel pessoal (voz) deverão apresentar cobertura e garantir roaming ilimitado em todo território nacional;
- Os serviços de dados deverão apresentar cobertura com a tecnologia: 5G, de acordo com as liberações de municípios vigentes autorizados pela ANATEL às empresas de telefonia (dada a atual não obrigatoriedade de oferta da referida tecnologia por parte das operadoras, neste

momento), e, progressivamente, conforme a ampliação dessas autorizações pela Agência, durante toda a vigência desta contratação; 4G (LTE Advanced ou LTE Advanced Pro) nas cidades com população acima de 30 mil habitantes, conforme resolução da ANATEL.

- Nos municípios onde não houver cobertura 5G, deverá ser oferecida a cobertura mínima de tecnologia 4G, 3G ou 2G, de forma suplementar, e nessa ordem, de acordo com as informações disponíveis pela ANATEL, neste link: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/presenca-da-telefoniamovel-rqual>
- Os serviços de voz e de dados deverão ser fornecidos com chips (SIM Cards) de triplo corte.
- O serviço de Gerenciamento de Dados Móveis (Management Device Mobile - MDM) deverá atender plenamente as funcionalidades contidas nas especificações técnicas presentes neste estudo técnico.

7. Requisitos da Empresa Contratada

A empresa Contratada deverá comprovar, através da disponibilização na sua página na internet, informações sobre sua cobertura de prestação do SMP, por tecnologia e acesso, ao mapa de cobertura da página da ANATEL na internet, conforme determina a Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019.

A empresa licitante deverá informar na proposta apresentada na licitação a velocidade de acesso do pacote de dados e a velocidade para a qual será reduzido o tráfego de dados, após atingimento do limite da franquia do pacote.

Deverá ser disponibilizado pela Contratada cobertura por deslocamento em interconexão com as demais operadoras em todo o território nacional.

Tanto o serviço de roaming, quanto o acesso a dados móveis deverá ocorrer de forma automática, sem a necessidade de habilitação, configuração adicional ou de qualquer outro equipamento, **em todo o território nacional**, através de rede própria ou de outras operadoras, sem ônus para a contratante.

Considerando todas as conexões à Internet, a média mensal da velocidade não deverá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da velocidade ofertada ao cliente.

A Contratada não poderá cobrar por serviços adicionais tais como habilitação e identificação de chamadas.

A operadora deverá garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

A empresa Contratada disponibilizará as informações relacionadas à utilização do SMP, por linha telefônica, através de ferramenta de gestão online das linhas móveis, permitindo a gestão dos pacotes de voz e de dados, com os seguintes serviços:

1. Controlar/verificar o consumo de minutos, por linha;
2. Controlar/verificar o uso de ligações LDN, por linha;
3. Configurar operadora para ser utilizada nas ligações LDN;
4. Consultar relatórios de consumo por linha;
5. Agrupar as assinaturas em centros de custos (grupos);
6. Disponibilizar no mínimo dois perfis de acesso para o gestor do contrato.

A ferramenta de gestão online/portal de acesso via web que permitirá à Contratante efetuar a gestão e controle de todas as linhas contratadas, deverá ser disponibilizada da seguinte forma:

- Fornecer acesso à ferramenta mediante login e senha pessoal para garantir que apenas pessoas autorizadas tenham acesso;

- Disponibilizar, no mínimo, dois perfis de acesso ao sistema;
- Permitir que a contratante realize solicitações de: acompanhamento do uso diário de voz e de dados por horário/calendário, por tipo de destino, número chamado, limite de minutos por linha, departamento ou centro de custo;
- A Contratada será responsável pela manutenção, recuperação e segurança dos dados do serviço de gerenciamento online, considerando o Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações (Resolução nº 740 /2020 da Anatel).
- A Contratada deverá providenciar, junto à operadora que presta o serviço atual, a migração das linhas móveis da Contratante de acordo com a legislação vigente sobre portabilidade numérica.

Os serviços contratados devem estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

8. Levantamento de Mercado

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada, visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

Destaca-se, primeiramente, que neste ramo de prestação de serviços a quantidade de empresas é bastante limitada. Consideraram-se como alvos da pesquisa, os maiores "*players*" do mercado nacional, a saber: Vivo, Claro e TIM, cumprindo assim as respectivas exigências legais, normativas e editalícias. Neste estudo foram levadas em consideração as contratações anteriores, tanto para verificação dos possíveis participantes, quanto para o tipo de serviço que seria contratado.

Não será exigida garantia contratual para a execução, uma vez que não foi identificada complexidade na contratação que justificasse tal medida. Isso se deve ao fato de que a natureza do serviço é o fornecimento mensal, e a interrupção dos serviços resultaria apenas na suspensão do pagamento, sem causar prejuízo ao erário que pudesse ser mitigado por uma garantia. Assim como, não será utilizado o IMR – Instrumento de Medição do Resultado, considerando as peculiaridades relacionadas ao faturamento dos serviços.

Aventou-se a possibilidade de pesquisa de mercado utilizando o sistema de pesquisa "Banco de Preços", a pesquisa foi realizada entre os dias 25/08/2024 a 28/08/2024 tendo como base itens que foram ofertados para o Serviço de Telefonia Móvel Pessoal, com vigência e características similares a necessidade do Instituto. Foram resgatados itens similares, porém, não foram utilizados devido a especificidade de nossa necessidade. Desta forma, passou-se a pesquisa de mercado.

Durante o período de pesquisa de mercado, visando atendimento a proposta constante neste estudo técnico, foi realizado contato com cada um dos representantes das operadoras mencionadas. A troca de mensagens foi iniciada no dia 29/08/2024, tendo como alvo os representantes do ramo corporativo e governamental das empresas: VIVO, CLARO e TIM. O prazo para recebimento de orçamentos foi estipulado até o dia 10/09/2024.

Expirado o prazo inicial, diante da falta de confirmação de recebimento das propostas, foi feito novo contato com os representantes das empresas. A empresa VIVO, através de sua representante, solicitou contato via telefone visando esclarecer dúvidas relativas ao pregão, foi enviada resposta para a empresa, porém, não obtivemos novo contato. A empresa CLARO, entrou em contato via telefone para sanar dúvidas a respeito do pregão. A empresa TIM, entrou em contato através de e-mail, onde, o mesmo realizou questionamentos a respeito do ETP encaminhado para a empresa. Após reunião com setor de Licitações do Campus, os questionamentos foram respondidos, porém, não obtivemos nenhum retorno por parte da empresa.

Após revisão do Estudo Técnico Preliminar, julgou-se proveniente continuar com a redação do documento, alterando apenas a forma de prestação do serviço de telefonia móvel. Diante dos fatos,

encaminhou-se nova solicitação as empresas, dados os questionamentos e dúvidas relatadas em contatos estabelecidos. O prazo limite foi no dia 27/09/2024, onde, apenas a empresa CLARO encaminhou proposta para prestação do serviço.

O público que utiliza este tipo de serviço é bem específico. Tratam-se de servidores que ocupam cargos de Gestão (Diretores de Setor, Diretores de Campus, Coordenadores de Setor) que tratam com a comunidade acadêmica em geral, fornecedores, membros de outras instituições de Ensino. Portanto personagens que dependem das ferramentas de comunicação para desempenhar suas atividades. No caso do Campus Santana do Livramento, o contrato do Serviço de Telefonia Móvel pessoal, já foi renovado em caráter emergencial, visando a continuidade do serviço, sendo que não é possível nova prorrogação. Campus Jaguarão e Reitoria, tem necessidade de renovação até o final de fevereiro de 2025. Diante destes fatos: 1. necessidade de renovação em razão de contratos com final já estabelecido, sem possibilidade de renovação; 2. o público que este serviço se destina, necessita desta ferramenta em pleno funcionamento; 3. a falta de retorno das empresas no fornecimento de propostas; esta comissão justifica a utilização de uma única proposta para formação de preço médio neste estudo devido a falta de retorno com outras empresas da área.

Portanto, para fins de mensurar o valor que será utilizado neste serviço, o preço levará em consideração a única proposta enviada para esta comissão, da empresa CLARO.

9. Descrição da solução como um todo

Os serviços a serem executados pela CONTRATADA consistem no fornecimento de **linhas telefônicas** e aparelhos celulares do tipo **SMARTPHONE (dual chip)** para utilização dos servidores da instituição, conforme discriminado abaixo.

- a) A CONTRATADA deve seguir todos os indicadores de qualidade do serviço de telefonia móvel (SMP) presentes no Regulamento de Gestão da Qualidade (RGQ-SMP) da Anatel — Resolução nº 575/20 II ou mais atual. A cobertura local externa da operadora será aquela exigida pela ANATEL e não podem ser exigidos a cobertura "indoor" quando esta depender de investimentos adicionais (antenas internas) pela operadora;
- b) A CONTRATADA deverá permitir a habilitação individual dos acessos móveis e fornecer os aparelhos, com chips, no padrão GSM ou superior, habilitados e compatíveis com sua rede de telefonia móvel, na quantidade solicitada pela CONTRATANTE;
- c) A CONTRATANTE poderá solicitar a CONTRATADA a facilidade de portabilidade numérica, devendo esta manter os números e/ou a(s) faixa(s) de numeração utilizados pela CONTRATANTE, sem ônus para aquela, e independentemente da operadora do serviço a que esteja atualmente vinculado. A CONTRATADA deverá respeitar o prazo de 3 (três) dias úteis estabelecido pela ANATEL para a realização deste serviço, após a liberação dos números pela operadora de origem;
- d) O serviço de roaming nacional deverá ocorrer de forma automática, sem custo adicional e sem a necessidade de habilitação do acesso móvel ou de qualquer outro equipamento, em todo o território nacional;
- e) A CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços de chamada em espera, desvio de chamada, consulta, conferência, identificação de chamada, correio de voz. SMS (Short Message Service) bidirecional e ícones de serviços, como correio de voz e SMS;
- f) Os equipamentos a serem entregues deverão operar na última tecnologia comercializada pela empresa na área local;
- g) A CONTRATADA deverá trocar os aparelhos, se solicitados pela CONTRATANTE, quando o equipamento apresentar defeito, quando existir avanço na tecnologia empregada no desenvolvimento de

equipamentos, no período estipulado deste Estudo Técnico Preliminar e quando da renovação do contrato de forma automática. A empresa deverá se responsabilizar pela manutenção dos aparelhos pelo tempo da contratação, excluindo-se os casos de perda, roubo ou dano por responsabilidade do usuário;

h) Os aparelhos deverão ser devolvidos a CONTRATADA em perfeito estado de funcionamento com todos os acessórios em até 60(sessenta) dias após o término do contrato no mesmo endereço da entrega. No caso de mudança de endereço, os mesmos deverão ser devolvidos no novo endereço, que deverá ser informado a CONTRATADA.

A execução dos serviços será iniciada conforme emissão de ordem de serviço.

a) Após a assinatura do Contrato, o CONTRATANTE emitirá ordem de serviço indicando a data de início da prestação dos serviços

b) Os chips para utilização dos serviços de telefonia móvel deverão ser entregues de acordo com a quantidade solicitada e contratada.

c) Os endereços para entrega, bem como a quantidade de chips/equipamentos constam neste Estudo Técnico Preliminar.

d) A forma de execução deste serviço é pormenorizada no decorrer deste documento.

e) A CONTRATADA deverá fornecer um meio de comunicação fácil e acessível para o CONTRATANTE, além do telefone, incluindo opções como e-mail e chat online, garantindo suporte eficiente e resolução ágil de quaisquer questões relacionadas aos serviços prestados.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Unidade Participante	Endereço	Quantidade de Linhas e Aparelhos
IFSul - Campus Santana do Livramento	Av. Paul Harris, 410 – Fortim – Santana do Livramento – RS CEP 97574-360	05
IFSul - Campus Jaguarão	Rua Corredor das Tropas, 801 – Jaguarão – RS CEP 96300-000	03
IFSul - Reitoria	Rua Gonçalves Chaves, 3218 – Centro – Pelotas – RS CEP 96015-560	10
Total		18

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 226.800,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	VALOR (Mensal estimado)
------	---------------	--------	---------	-------------------------

				QUANTIDADE ESTIMADA PARA 60 MESES	para Necessidade de Cada Campus Participante)	VALOR (Unitário estimado)
1	<p>Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Campus Santana do Livramento, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p> <p><i>*Desde o início do contrato, os aparelhos /linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i></p> <p><i>** Campus Santana do Livramento necessita do fornecimento de até 05 SmartPhones + Chips.</i></p>	26387	mês	300	R\$ 1.050.00 (Mensal)	R\$ 210.00 (Unitário)
	<p>Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Campus Jaguarão, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local</p>					

2	<p>móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p> <p><i>*Desde o início do contrato, os aparelhos /linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i></p> <p><i>** Campus Jaguarão necessita do fornecimento de até 03 SmartPhones + Chips.</i></p>	26387	mês	180	R\$ 630.00 (Mensal)	R\$ 210.00 (Unitário)
3	<p>Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Reitoria, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming</p>	26387	mês	600	R\$ 2.100.00 (Mensal)	R\$ 210.00 (Unitário)

<p>Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p> <p><i>*Desde o início do contrato, os aparelhos /linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i></p> <p><i>**Reitoria necessita do fornecimento de até 10 SmartPhones + Chips.</i></p>				
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Na eventualidade de contratações parciais do mesmo objeto, neste caso a execução dos serviços por empresas distintas, poderia: inviabilizar a responsabilização da contratada prejudicando a garantia dos serviços prestados; comprometer a qualidade e a eficiência dos serviços prestados; comprometer o controle administrativo; e, ocasionar custos com a publicação de diversos contratos.

Assim, conclui-se que o não parcelamento da solução possibilita melhor eficiência e gestão contratual.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há nenhuma contratação correlata e/ou interdependente que possa impactar o objeto do presente certame.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os serviços de telefonia são fundamentais para eficiência da comunicação e atingimento dos objetivos institucionais e estão previsto no Plano Geral de Contratações, DFD 03/2023 no PCA 2024 do IFSul Campus Santana do Livramento.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços de telecomunicações de que trata a presente especificação visa atender às atividades Institucionais, objetivando a comunicação interna e externa, realizada através de voz, e dados móveis mantendo a de forma contínua, segura, rápida e eficiente.

16. Providências a serem Adotadas

Viabilizar Termo de Referência. Dar *start* no processo do pregão.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Não se percebe nenhum impacto ambiental referente a esta contratação.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Esta contratação é tida como viável.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO DE OLIVEIRA ESTELA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 13:34:51.

BRUNO ERNESTO TECHERA DA MOTTA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 13:49:47.

ROGERIO VALENTE ERNST

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:03:52.

ANA PAULA VAZ ALBANO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 13:53:23.

MARCELO FELIPE SARAIVA BORBA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:23:52.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Orçamento_01.jpg (146.34 KB)
- Anexo II - Orçamento_01_Destinatarios.jpg (103.22 KB)
- Anexo III - Retorno_VIVO.pdf (197.82 KB)
- Anexo IV - Retorno_CLARO_01.pdf (273.71 KB)
- Anexo V - Retorno_CLARO_02.jpg (88.5 KB)
- Anexo VI - Retorno_TIM.pdf (348.91 KB)
- Anexo VII - Orcamento - VIVO.jpg (287.41 KB)
- Anexo VIII - Orcamento_CLARO.jpg (276.36 KB)
- Anexo IX - Orcamento_TIM.jpg (288.47 KB)
- Anexo X - Proposta_Claro_2024 (REITORIA).pdf (635.6 KB)
- Anexo XI - Proposta_Claro_2024 (CAMPOS JAGUARÃO).pdf (637.47 KB)
- Anexo XII - Proposta_Claro_2024 (SANTANA DO LIVRAMENTO).pdf (634.08 KB)
- Anexo XIII - Relatório de pesquisa de preço.pdf (242.64 KB)

Anexo I - Orçamento_01.jpg

Solicitação de Orçamentos

Externa

Caixa de entrada x

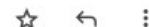


R

Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>

para TI, Deap, Colic, Cco:maria.alesandra, Cco:fdurante, Cco:vinigon, Cco:CAISSIE ▼

qui., 29 de ago., 16:51



Prezado(a)

Espero que esta mensagem o(a) encontre bem.

Estamos solicitando um orçamento para o fornecimento de serviço de telefonia móvel pessoal para diferentes unidades do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Em anexo, você encontrará o Termo de Referência (TR) e o Estudo Técnico Preliminar correspondentes. Informamos que os campos referentes a **valores** desses documentos estão em aberto, pois ainda estamos em processo de levantamento dos preços de mercado. Nesse sentido, contamos com a sua colaboração para nos ajudar a concluir esta etapa, fornecendo as informações necessárias.

Nossa necessidade inclui a contratação de linhas telefônicas e a disponibilização de smartphones em comodato. Solicitamos que o orçamento fornecido contemple as particularidades de cada unidade.

Em especial, para o Campus Santana do Livramento, é crucial que o serviço permita chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598) desde o início do contrato. Para as demais unidades, a liberação de chamadas internacionais poderá ser solicitada conforme a demanda, com o devido aviso prévio.

Adicionalmente, gostaríamos de obter informações detalhadas sobre a tarifação do roaming internacional. Como esse serviço será utilizado de forma ocasional, pedimos esclarecimentos sobre como serão cobradas essas tarifas.

Agradecemos se puderem encaminhar a proposta até o dia 10/09, visto que precisamos formalizar a contratação do serviço antes do final de 2024.

Desde já, agradecemos pela atenção e aguardamos o seu retorno.

—

Cordialmente,

Rodrigo de Oliveira Estela
Analista de Tecnologia da Informação
Instituto Federal Sul-rio-grandense

Mestre em Administração
Especialista em Docência para Educação Profissional
Especialista em RH e MKT
Bacharel em Informática

Campus Santana do Livramento
Avenida Paul Harris, 410, Centro
CEP 97574-360 - Santana do Livramento, RS
Fone: (55) 3621-1150 Ramal: 1191

Anexo II - Orçamento_01_Destinatarios.jpg

Solicitação de Orçamentos



Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>
para Deap, TI, Colic, Cco:maria.alesandra, Cco:fdurante, Cco:VINICIUS, Cco:CAISSIE

Prezados,

Em referência à nossa mensagem anterior, encaminho a versão atualizada do E

Foram necessárias alterações no ETP para atender às solicitações do Setor de
formato de grupos.

Embora o conteúdo do documento permaneça praticamente o mesmo, destacar
concluído até dezembro deste ano.

Agradecemos pela atenção e pedimos a confirmação do recebimento desta me

--
Cordialmente,

Rodrigo de Oliveira Estela
Analista de Tecnologia da Informação
Instituto Federal Sul-rio-grandense

Mestre em Administração
Especialista em Docência para Educação Profissional
Especialista em RH e MKT
Bacharel em Informática

Campus Santana do Livramento
Avenida Paul Harris, 410, Centro
CEP 97574-360 - Santana do Livramento, RS
Fone:(55) 3621-1150 Ramal:1191

de: **Rodrigo de Oliveira Estela** <rodrigoestela@ifsul.edu.br>
para: Deap Santana IFSUL <sl-deap@ifsul.edu.br>,
TI Santana IFSUL <sl-ti@ifsul.edu.br>,
Colic Santana Livramento <sl-colic@ifsul.edu.br>
cco: maria.alesandra@telefonica.com,
fdurante@timbrasil.com.br,
VINICIUS GONTIJO DE CAMPOS <vinigon@embratel.com.br>,
CAISSIE FAGUNDES RIBAS <caissie.ribas@claro.com.br>
data: 5 de set. de 2024, 18:57
assunto: Solicitação de Orçamentos
enviado por: ifsul.edu.br

Anexo III - Retorno_VIVO.pdf

RES: Solicitação de Orçamentos IFSUL

3 mensagens

Maria Alesandra Da Silva Oliveira <maria.alesandra@telefonica.com>

Para: Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>, Deap Santana IFSUL <sl-deap@ifsul.edu.br>, TI Santana IFSUL <sl-ti@ifsul.edu.br>, Colic Santana Livramento <sl-colic@ifsul.edu.br>

6 de setembro de 2024 às 17:28

Boa tarde,

Tudo bem?

Em qual número de telefone celular podemos realizar contato?

Não conseguimos comunicação no *Fone:(55) 3621-1150 Ramal:1191*

Seria possível retornar o contato no 19 99681 9235 ?

Agradeço,

Atenciosamente,

vivo

empresas

Maria Alesandra

Gerente de Negócios

Rua Carolina Prado Penteado, 477

13092-470 | Campinas - SP

+55 19 99681-9235

www.vivo.com.br

De: Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>

Enviada em: quinta-feira, 5 de setembro de 2024 18:58

Para: Deap Santana IFSUL <sl-deap@ifsul.edu.br>; TI Santana IFSUL <sl-ti@ifsul.edu.br>; Colic Santana Livramento <sl-colic@ifsul.edu.br>

Assunto: Solicitação de Orçamentos

ATENÇÃO/WARNING: Esta mensagem de e-mail se originou de fora da empresa. Não clique em links ou abra qualquer arquivo ao menos que reconheça o remetente e tenha certeza que o conteúdo é seguro.

Prezados,

Em referência à nossa mensagem anterior, encaminho a versão atualizada do ETP para telefonia móvel dos Campus Santana do Livramento, Jaguarão e Reitoria (Pelotas).

Foram necessárias alterações no ETP para atender às solicitações do Setor de Licitações e do Setor de Contabilidade do Campus. Entre essas alterações, incluímos o serviço de ROAMING INTERNACIONAL e ajustamos o certame para ocorrer no formato de grupos.

Embora o conteúdo do documento permaneça praticamente o mesmo, destacamos que foi incluído o serviço de ROAMING INTERNACIONAL. Solicitamos que o orçamento seja enviado até o dia 10/09/2024, considerando que o processo deve ser concluído até dezembro deste ano.

Agradecemos pela atenção e pedimos a confirmação do recebimento desta mensagem.

--

Cordialmente,

Rodrigo de Oliveira Estela

Analista de Tecnologia da Informação

Instituto Federal Sul-rio-grandense

Mestre em Administração
Especialista em Docência para Educação Profissional

Especialista em RH e MKT

Bacharel em Informática

Campus Santana do Livramento

Avenida Paul Harris, 410, Centro

CEP 97574-360 - Santana do Livramento, RS

Fone:(55) 3621-1150 Ramal:1191

Este mensaje y sus adjuntos se dirigen exclusivamente a su destinatario, puede contener información privilegiada o confidencial y es para uso exclusivo de la persona o entidad de destino. Si no es usted, el destinatario indicado, queda notificado de que la lectura, utilización, divulgación y/o copia sin autorización puede estar prohibida en virtud de la legislación vigente. Si ha recibido este mensaje por error, le rogamos que nos lo comunique inmediatamente por esta misma vía y proceda a su destrucción.

The information contained in this transmission is confidential and privileged information intended only for the use of the individual or entity named above. If the reader of this message is not the intended recipient, you are hereby notified that any dissemination, distribution or copying of this communication is strictly prohibited. If you have received this transmission in error, do not read it. Please immediately reply to the sender that you have received this communication in error and then delete it.

Esta mensagem e seus anexos se dirigem exclusivamente ao seu destinatário, pode conter informação privilegiada ou confidencial e é para uso exclusivo da pessoa ou entidade de destino. Se não é vossa senhoria o destinatário indicado, fica notificado de que a leitura, utilização, divulgação e/ou cópia sem autorização pode estar proibida em virtude da legislação vigente. Se recebeu esta mensagem por erro, rogamos-lhe que nos o comunique imediatamente por esta mesma via e proceda a sua destruição

Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>

Para: Maria Alesandra Da Silva Oliveira <maria.alesandra@telefonica.com>

Cc: Deap Santana IFSUL <sl-deap@ifsul.edu.br>, TI Santana IFSUL <sl-ti@ifsul.edu.br>, Colic Santana Livramento <sl-colic@ifsul.edu.br>

Olá!

Pode ser comigo, se for para esclarecimento de dúvidas, podemos conversar, 55981140036.

[Texto das mensagens anteriores oculto]



image001.png
27K

image001.png
27K


Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>
Para: Maria Alesandra Da Silva Oliveira <maria.alesandra@telefonica.com>
Cc: Deap Santana IFSUL <sl-deap@ifsul.edu.br>, T1 Santana IFSUL <sl-t1@ifsul.edu.br>, Colic Santana Livramento <sl-colic@ifsul.edu.br>

11 de setembro de 2024 às 13:04

Boa tarde a todos!

Maria, com relação a proposta tendo como base o documento enviado (ETP_17_2024) algum retorno? Encaminho novamente o documento e fico no aguardo de retorno.
Sendo o que havia para o momento.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

 ETP17_2024.pdf
213K

Anexo IV - Retorno_CLARO_01.pdf

6 mensagens

Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>

29 de agosto de 2024 às 16:51

Para: TI Santana IFSUL <sl-ti@ifsul.edu.br>, Deap Santana IFSUL <sl-deap@ifsul.edu.br>, Colic Santana Livramento <sl-colic@ifsul.edu.br>
Cco: maria.alesandra@telefonica.com, fdurante@timbrasil.com.br, vinigon@embratel.com.br, CAISSIE FAGUNDES RIBAS <caissie.ribas@claro.com.br>

Prezado(a)

Espero que esta mensagem o(a) encontre bem.

Estamos solicitando um orçamento para o fornecimento de serviço de telefonia móvel pessoal para diferentes unidades do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Em anexo, você encontrará o Termo de Referência (TR) e o Estudo Técnico Preliminar correspondentes. Informamos que os campos referentes a **valores** desses documentos estão em aberto, pois ainda estamos em processo de levantamento dos preços de mercado. Nesse sentido, contamos com a sua colaboração para nos ajudar a concluir esta etapa, fornecendo as informações necessárias.

Nossa necessidade inclui a contratação de linhas telefônicas e a disponibilização de smartphones em comodato. Solicitamos que o orçamento fornecido contemple as particularidades de cada unidade.

Em especial, para o Campus Santana do Livramento, é crucial que o serviço permita chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598) desde o início do contrato. Para as demais unidades, a liberação de chamadas internacionais poderá ser solicitada conforme a demanda, com o devido aviso prévio.

Adicionalmente, gostaríamos de obter informações detalhadas sobre a tarifação do roaming internacional. Como esse serviço será utilizado de forma ocasional, pedimos esclarecimentos sobre como serão cobradas essas tarifas.

Agradecemos se puderem encaminhar a proposta até o dia 10/09, visto que precisamos formalizar a contratação do serviço antes do final de 2024.

Desde já, agradecemos pela atenção e aguardamos o seu retorno.

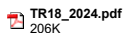
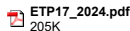
—
Cordialmente,

Rodrigo de Oliveira Estela
Analista de Tecnologia da Informação
Instituto Federal Sul-rio-grandense

Mestre em Administração
Especialista em Docência para Educação Profissional
Especialista em RH e MKT
Bacharel em Informática

Campus Santana do Livramento
Avenida Paul Harris, 410, Centro
CEP 97574-360 - Santana do Livramento, RS
Fone: (55) 3621-1150 Ramal: 1191

2 anexos



CAISSIE FAGUNDES RIBAS <Caissie.Ribas@claro.com.br>
Para: "rodrigoestela@ifsul.edu.br" <rodrigoestela@ifsul.edu.br>

29 de agosto de 2024 às 17:25

Rodrigo, Boa Tarde

Você enviou para o Vinicius ?

**Caissie Fagundes Ribas**

Corporativo

Governo | Gerente de Contas

T: 51 991018576

caissie.ribas@claro.com.br

www.claro.com.br



[Texto das mensagens anteriores oculto]

Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>
Para: CAISSIE FAGUNDES RIBAS <Caissie.Ribas@claro.com.br>

29 de agosto de 2024 às 17:31

Olá!

Sim, como possuía teu contato, enviei com copia para você também.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

4 anexos



image001.png
12K



image002.png
OK



image001.png
12K



image002.png
OK

Ótimo !!

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>
Para: CAISSIE FAGUNDES RIBAS <Caissie.Ribas@claro.com.br>

29 de agosto de 2024 às 17:33

Mandeí e-mail ontem para ele, ainda não tive resposta...

[Texto das mensagens anteriores oculto]

4 anexos



CAISSIE FAGUNDES RIBAS <Caissie.Ribas@claro.com.br>
Para: "rodrigoestela@ifsul.edu.br" <rodrigoestela@ifsul.edu.br>

29 de agosto de 2024 às 17:42

👍 CAISSIE FAGUNDES RIBAS reacted to your message:

From: rodrigoestela@ifsul.edu.br <rodrigoestela@ifsul.edu.br>
Sent: Thursday, August 29, 2024 8:33:42 PM
To: CAISSIE FAGUNDES RIBAS <Caissie.Ribas@claro.com.br>
Subject: Re: Solicitação de Orçamentos

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Anexo V - Retorno_CLARO_02.jpg



Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>
para VINICIUS, Colic, CAISSIE, Deap ▾

qua., 11 de set., 13:05 ☆ ↩ ⋮

Boa tarde a todos!

Vinicius, com relação ao documento enviado (ETP_17_2024), algum retorno sobre a proposta para o pregão? Desde já agradeço e aguardo retorno.

...

1 anexo • Anexos verificados pelo Gmail ⓘ



VINICIUS GONTIJO DE CAMPOS
para mim, Colic, CAISSIE, Deap ▾

qui., 12 de set., 15:53 (há 13 dias) ☆ ↩ ⋮

Boa tarde, tudo bem!

Conforme conversamos segue proposta para os 3 CNPJs, qualquer dúvida estou à disposição.



Vinicius Gontijo Campos
UNIDADE DE MERCADO
EMPRESARIAL

DIRETORIA EXECUTIVA DE MERCADO
CORPORATIVO GOVERNO
C.: 21 62 9 9208-4336
Vinicius.gcampos@claro.com.br
www.claro.com.br



Anexo VI - Retorno_TIM.pdf

Solicitação de Orçamentos TIM S.A - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense - IFSUL - RS

Gaspar Guerreiro Tavares <ggtavares@timbrasil.com.br>

13 de setembro de 2024 às 20:26

Para: Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>

Cc: "sl-ti@ifsul.edu.br" <sl-ti@ifsul.edu.br>, "sl-colic@ifsul.edu.br" <sl-colic@ifsul.edu.br>, Françoyse Stupp Durante <fdurante@timbrasil.com.br>

Prezado Rodrigo, boa noite!!

Com relação ao Termo de Referência enviado, para que possamos elaborar a Cotação solicitada, temos os seguintes questionamentos:

1. Na tabela onde são descritos os serviços de Roaming Internacional possuem como base contratos internacionais, em moeda estrangeira, em que os custos variam a depender de cada país e da negociação firmada, por uso limitado através de cobrança de tráfegos de voz e dados em Minutos ou MB, ou ainda por pacotes com uso limitado dos serviços.

Dessa forma, considerando o contexto atual de constantes variações cambiais e instabilidade nas negociações internacionais, a estipulação do Roaming Internacional por meio de valor fixo para qualquer continente, oneraria de maneira demasiada e desproporcional os licitantes. A imposição de ônus excessivo pode, inclusive, impactar o próprio objeto e equilíbrio contratual, ainda mais considerando que os valores dos serviços além de aglutinados (VOZ/DADOS) em uma única linha de cobrança na proposta de preços, podem ser significativamente aumentados em razão das negociações internacionais de cada país, variação da moeda e demais fatores.

Diante do exposto, solicitamos que os serviços de Roaming Internacional para VOZ e DADOS sejam apresentados na proposta de preços de forma separada e por continente.

Nossa solicitação será acatada?

2) Além disso, solicitamos o histórico de consumo por usuário/destino do atual contrato para mitigar os riscos iminentes que a forma de cobrança acarretará ao novo contrato, pois a minutagem para o serviço de LDI está superestimada, pois nos itens em que este serviço está sendo solicitado, 500 minutos mensal, 300 minutos mensal e 1.000 minutos mensal para atender a quantidade de 5 linhas, 3 linhas e 10 linhas respectivamente.

Nossa solicitação será acatada ?

3) No tocante ainda sobre Roaming Internacional, a TIM tem celebrado diversos contratos Administrativos com prestação de serviço semelhante ao solicitado, porém, a contratação não ocorre por UNIDADE de serviço de voz e de dados (diária e mensal) e sim, por valor pré-determinado, aglutinando todos os serviços em um único orçamento em que poderão ser utilizados ao longo do contrato, apenas e tão somente quando houver viagens.

Ressaltamos que esta forma é mais vantajosa até pelo momento que estamos vivendo onde há inúmeras restrições de viagens internacionais.

Assim, a previsão será mais assertiva permitindo apresentação de custos mais competitivos e independentes de cotações cambiais futuras e incertas.

Desta forma, solicitamos desconsiderar a contratação por pacote mensal e diária e sim por orçamento global.

Nossa solicitação será acatada?

4) O Serviço de Gestão Web engloba gestão on-line das linhas, com software web que permita o gerenciamento de todas as linhas contratadas, possibilitando o bloqueio, desbloqueio, inclusão e alteração de créditos para ligações, entre outros.

Entendemos que deverá ser fornecido somente o gestor de voz.

Uma vez que o pacote de dados possui franquias de 20GB, após o atingimento das referidas franquias, a velocidade será reduzida, não sendo bloqueado o acesso à Internet, ou seja, entendemos que não há necessidade do fornecimento do gestor de dados.

Nosso entendimento está correto?

5) Conforme o artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8078/1990), quem responde pelos problemas inerentes ao aparelho celular e ao modem, é o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador e que a operadora se responsabiliza (sem custos) pelas trocas dos aparelhos que apresentarem defeitos de fábrica em até 7 dias e o **Fabricante é o responsável por defeitos de fábrica por um período de até 12 meses**, e por este motivo o envio à assistência técnica deverá ser feito pela Contratante.

A operadora não se responsabiliza quanto à manutenção do hardware do aparelho, porém fornece os contatos dos fabricantes e orienta os clientes a entrar em contato com eles. Os custos de reparo de aparelhos diagnosticados pela assistência técnica como decorrentes de mau uso serão de responsabilidade da Contratante.

Nos casos de solicitação de reposição de aparelhos por perda/roubo ou extravio e mau uso, a Contratante será cobrada pelo valor pro rata do aparelho constante na Nota Fiscal. O prazo de reposição dos aparelhos (exceto para os aparelhos de reserva) é de 30 dias após a solicitação formal ao Executivo de Contas.

Solicitamos que seja aceita nossa participação desta maneira.

Atenciosamente,

Gaspar Guerreiro Tavares

Corporate Solutions

Presales Government

+55 21 98113-5900

TIM Brasil - www.tim.com.br





Classificado como Público

De: Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>
Enviada em: quarta-feira, 11 de setembro de 2024 13:07
Para: Françoise Stupp Durante <fdurante@timbrasil.com.br>
Cc: Gaspar Guerreiro Tavares <ggtavares@timbrasil.com.br>; sl-ti@ifsul.edu.br; sl-colic@ifsul.edu.br
Assunto: Re: FW: Solicitação de Orçamentos - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense - IFSUL - RS

Boa tarde a todos!

Françoise, apenas para confirmar, tudo ok com o documento recebido? Estamos no aguardo da cotação. Agradeço a atenção e aguardo retorno.

Em sex., 6 de set. de 2024 às 10:45, Françoise Stupp Durante <fdurante@timbrasil.com.br> escreveu:

Prezados, bom dia

Recebemos o material, vamos analisar e em até 5 dias uteis, passaremos falaremos sobre a TR e tambem, enviamos o orçamento.

Em cópia incluo nosso engenheiro de soluções que nos ajudará nessa etapa inicial.

Ficamos a disposição.

Att



Françoise Stupp Durante
Corporate Solutions

Government Corporate Sales

+55 51 98113-0018
TIM Brasil - www.tim.com.br





Classificado como Público

From: Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>
Sent: quinta-feira, 5 de setembro de 2024 18:58
To: Deap Santana IFSUL <sl-deap@ifsul.edu.br>; TI Santana IFSUL <sl-ti@ifsul.edu.br>; Colic Santana Livramento <sl-colic@ifsul.edu.br>
Subject: Solicitação de Orçamentos

Prezados,

Em referência à nossa mensagem anterior, encaminho a versão atualizada do ETP para telefonia móvel dos Campus Santana do Livramento, Jaguarão e Reitoria (Pelotas).

Foram necessárias alterações no ETP para atender às solicitações do Setor de Licitações e do Setor de Contabilidade do Campus. Entre essas alterações, incluímos o serviço de ROAMING INTERNACIONAL e ajustamos o certame para ocorrer no formato de grupos.

Embora o conteúdo do documento permaneça praticamente o mesmo, destacamos que foi incluído o serviço de ROAMING INTERNACIONAL. Solicitamos que o orçamento seja enviado até o dia 10/09/2024, considerando que o processo deve ser concluído até dezembro deste ano.

Agradecemos pela atenção e pedimos a confirmação do recebimento desta mensagem.

--

Cordialmente,

Rodrigo de Oliveira Estela
Analista de Tecnologia da Informação
Instituto Federal Sul-rio-grandense

Mestre em Administração
Especialista em Docência para Educação Profissional

Especialista em RH e MKT

Bacharel em Informática

Campus Santana do Livramento
Avenida Paul Harris, 410, Centro
CEP 97574-360 - Santana do Livramento, RS
Fone:(55) 3621-1150 Ramal:1191

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada para recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e delete o seu conteúdo.

This message, including its attachments, may contain privileged or confidential information, and it must not be forwarded without the express authorization of the sender. If you are not the intended recipient, we hereby inform you that the use, disclosure, copy or filing are forbidden. So, if you received this message as a mistake, please inform us by answering this e-mail and deleting its contents

Questo messaggio, inclusi gli allegati, potrebbe contenere informazioni privilegiate e/o riservate, e non deve essere ritrasmesso senza l'autorizzazione del mittente. Se non siete il destinatario o la persona autorizzata a riceverlo, informiamo che il suo utilizzo, diffusione, copia o archiviazione sono proibite. Quindi, se avete ricevuto questo messaggio per errore, per cortesia ci informi rispondendo immediatamente a questa email e cancelli il suo contenuto

--
Cordialmente,

Rodrigo de Oliveira Estela
Analista de Tecnologia da Informação
Instituto Federal Sul-rio-grandense

Mestre em Administração
Especialista em Docência para Educação Profissional
Especialista em RH e MKT
Bacharel em Informática

Campus Santana do Livramento
Avenida Paul Harris, 410, Centro
CEP 97574-360 - Santana do Livramento, RS
Fone:(55) 3621-1150 Ramal:1191

Anexo VII - Orcamento - VIVO.jpg

Pedido de Orçamento - VIVO



Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>

para Maria, Deap, TI, Colic ▾

13:44 (há 0 minuto)



Prezados,

Em razão do apontado por alguns dos senhores com relação ao Edital que pretendemos lançar sobre telefonia móvel, encaminho novo documento com alterações em alguns dos pontos que realizamos.

A descrição detalhada do que pretendemos realizar é descrita no documento em anexo a este e-mail. Porém, como forma de melhorar a nossa comunicação, descrevo em poucas linhas o que se pretende contratar.

Serviço Móvel Pessoal (SMP) com fornecimento de aparelhos em comodato para 03 unidades do IFSul, sendo elas: Santana do Livramento (CNPJ: 10.729.992/0010-37), Reitoria (CNPJ: 10.729.992/0001-46), Jaguarão (compartilha CNPJ Reitoria, visto ser Campus Avançado). Totalizando 18 linhas/aparelhos.

Sobre o serviço que precisamos contratar, trata-se de SMP com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações do estudo técnico preliminar.

Em comum, todas unidades participantes necessitam que desde o início do contrato tenham ligações (realizar e receber fixo e móvel) liberadas para dentro da República Oriental do Uruguai (+598) visto que o Instituto possui convênios com diferentes instituições nesse país.

Com relação ao ROAMING, em razão de custos, preferimos que seja cotado valor fixo para o roaming internacional, tal iniciativa visa diminuir custos, este serviço por padrão será ativado somente mediante prévio aviso, cabendo ao Fiscal do Contrato informar qual período de utilização e quais números devem ter essa funcionalidade ativada.

Sobre os números de telefone, temos a necessidade de portabilidade dos números existentes, essa iniciativa é em razão dos contatos que já possuímos com diferentes instituições, fornecedores, público em geral. Tentamos assim, evitar qualquer tipo de transtorno com troca de números de telefone.

O quantitativo expresso no Estudo Técnico prevê o serviço SMP dividido em meses, como o período do contrato prevê 60 meses, para o Campus Santana do Livramento, por exemplo, temos 5 linhas x 60 meses, totalizando 300 assinaturas; para o Campus Jaguarão, temos 3 linhas x 60 meses, totalizando 180 assinaturas; para Reitoria, temos 10 linhas x 60 meses, totalizando 600 assinaturas. Este é nosso quantitativo. A renovação dos aparelhos é prevista para o período de assinatura do contrato (início das atividades) e nova renovação ao final de 5 anos, teoricamente a renovação do contrato.

Sobre as ferramentas para gerenciamento do serviço, necessitamos de suporte, dada situação em que, por exemplo, um chip venha a apresentar defeito, ou a linha do telefone não esteja funcionando a contento, necessitamos de ferramenta (0800, plataforma on-line) onde possamos resolver esse assunto. No caso de emissão de faturas, portal onde possamos acompanhar a emissão de faturas possibilitando seu pagamento. E, no caso de falhas em aparelhos SmartPhone, suporte da operadora, para envio para reparo, ou troca do aparelho.

Fico no aguardo do orçamento dos senhores, lembrando que, todo o descritivo necessário para elaboração do documento está em anexo. Tentei fazer um breve resumo de nossa necessidade para facilitar o processo, em caso de dúvidas, peço que o contato seja feito por e-mail, ou através de meu Whats (55)981140036.

Se possível, solicito orçamento dos senhores até o dia 27 de setembro, visando dar celeridade ao processo e partir para os demais trâmites necessários para realização do pregão. Sendo o que havia para o momento.

Anexo VIII - Orcamento_CLARO.jpg

Pedido de Orçamento - CLARO



Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>
para VINICIUS, CAISSIE, vinicius.gc campos, TI, Colic, Deap ▾

13:44 (há 1 minuto) ☆ ↶ ⋮

Prezados,

Em razão do apontado por alguns dos senhores com relação ao Edital que pretendemos lançar sobre telefonia móvel, encaminho novo documento com alterações em alguns dos pontos que realizamos.

A descrição detalhada do que pretendemos realizar é descrita no documento em anexo a este e-mail. Porém, como forma de melhorar a nossa comunicação, descrevo em poucas linhas o que se pretende contratar.

Serviço Móvel Pessoal (SMP) com fornecimento de aparelhos em comodato para 03 unidades do IFSul, sendo elas: Santana do Livramento (CNPJ: 10.729.992/0010-37), Reitoria (CNPJ: 10.729.992/0001-46), Jaguarão (compartilha CNPJ Reitoria, visto ser Campus Avançado). Totalizando 18 linhas/aparelhos.

Sobre o serviço que precisamos contratar, trata-se de SMP com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações do estudo técnico preliminar.

Em comum, todas unidades participantes necessitam que desde o início do contrato tenham ligações (realizar e receber fixo e móvel) liberadas para dentro da República Oriental do Uruguai (+598) visto que o Instituto possui convênios com diferentes instituições nesse país.

Com relação ao ROAMING, em razão de custos, preferimos que seja cotado valor fixo para o roaming internacional, tal iniciativa visa diminuir custos, este serviço por padrão será ativado somente mediante prévio aviso, cabendo ao Fiscal do Contrato informar qual período de utilização e quais números devem ter essa funcionalidade ativada.

Sobre os números de telefone, temos a necessidade de portabilidade dos números existentes, essa iniciativa é em razão dos contatos que já possuímos com diferentes instituições, fornecedores, público em geral. Tentamos assim, evitar qualquer tipo de transtorno com troca de números de telefone.

O quantitativo expresso no Estudo Técnico prevê o serviço SMP dividido em meses, como o período do contrato prevê 60 meses, para o Campus Santana do Livramento, por exemplo, temos 5 linhas x 60 meses, totalizando 300 assinaturas; para o Campus Jaguarão, temos 3 linhas x 60 meses, totalizando 180 assinaturas; para Reitoria, temos 10 linhas x 60 meses, totalizando 600 assinaturas. Este é nosso quantitativo. A renovação dos aparelhos é prevista para o período de assinatura do contrato (início das atividades) e nova renovação ao final de 5 anos, teoricamente a renovação do contrato.

Sobre as ferramentas para gerenciamento do serviço, necessitamos de suporte, dada situação em que, por exemplo, um chip venha a apresentar defeito, ou a linha do telefone não esteja funcionando a contento, necessitamos de ferramenta (0800, plataforma on-line) onde possamos resolver esse assunto. No caso de emissão de faturas, portal onde possamos acompanhar a emissão de faturas possibilitando seu pagamento. E, no caso de falhas em aparelhos Smartphone, suporte da operadora, para envio para reparo, ou troca do aparelho.

Fico no aguardo do orçamento dos senhores, lembrando que, todo o descritivo necessário para elaboração do documento está em anexo. Tentei fazer um breve resumo de nossa necessidade para facilitar o processo, em caso de dúvidas, peço que o contato seja feito por e-mail, ou através de meu Whats (55)981140036.

Se possível, solicito orçamento dos senhores até o dia 27 de setembro, visando dar celeridade ao processo e partir para os demais trâmites necessários para realização do pregão. Sendo o que havia para o momento.

Anexo IX - Orcamento_TIM.jpg

Pedido de Orçamento - TIM



Rodrigo de Oliveira Estela <rodrigoestela@ifsul.edu.br>
para Gaspar, Françoyse, Colic, TI, Deap ▾

🗨 13:42 (há 2 minutos) ☆ ↶ ⋮

Prezados,

Em razão do apontado por alguns dos senhores com relação ao Edital que pretendemos lançar sobre telefonia móvel, encaminho novo documento com alterações em alguns dos pontos que realizamos.

A descrição detalhada do que pretendemos realizar é descrita no documento em anexo a este e-mail. Porém, como forma de melhorar a nossa comunicação, descrevo em poucas linhas o que se pretende contratar.

Serviço Móvel Pessoal (SMP) com fornecimento de aparelhos em comodato para 03 unidades do IFSul, sendo elas: Santana do Livramento (CNPJ: 10.729.992/0010-37), Reitoria (CNPJ: 10.729.992/0001-46), Jaguarão (compartilha CNPJ Reitoria, visto ser Campus Avançado). Totalizando 18 linhas/aparelhos.

Sobre o serviço que precisamos contratar, trata-se de SMP com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecedor de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações do estudo técnico preliminar.

Em comum, todas unidades participantes necessitam que desde o início do contrato tenham ligações (realizar e receber fixo e móvel) liberadas para dentro da República Oriental do Uruguai (+598) visto que o Instituto possui convênios com diferentes instituições nesse país.

Com relação ao ROAMING, em razão de custos, preferimos que seja cotado valor fixo para o roaming internacional, tal iniciativa visa diminuir custos, este serviço por padrão será ativado somente mediante prévio aviso , cabendo ao Fiscal do Contrato informar qual período de utilização e quais números devem ter essa funcionalidade ativada.

Sobre os números de telefone, temos a necessidade de portabilidade dos números existentes, essa iniciativa é em razão dos contatos que já possuímos com diferentes instituições, fornecedores, público em geral. Tentamos assim, evitar qualquer tipo de transtorno com troca de números de telefone.

O quantitativo expresso no Estudo Técnico prevê o serviço SMP dividido em meses, como o período do contrato prevê 60 meses, para o Campus Santana do Livramento, por exemplo, temos 5 linhas x 60 meses, totalizando 300 assinaturas; para o Campus Jaguarão, temos 3 linhas x 60 meses, totalizando 180 assinaturas; para Reitoria, temos 10 linhas x 60 meses, totalizando 600 assinaturas. Este é nosso quantitativo. A renovação dos aparelhos é prevista para o período de assinatura do contrato (início das atividades) e nova renovação ao final de 5 anos, teoricamente a renovação do contrato.

Sobre as ferramentas para gerenciamento do serviço, necessitamos de suporte, dada situação em que, por exemplo, um chip venha a apresentar defeito, ou a linha do telefone não esteja funcionando a contento, necessitamos de ferramenta (0800, plataforma on-line) onde possamos resolver esse assunto. No caso de emissão de faturas, portal onde possamos acompanhar a emissão de faturas possibilitando seu pagamento. E, no caso de falhas em aparelhos SmartPhone, suporte da operadora, para envio para reparo, ou troca do aparelho.

Fico no aguardo do orçamento dos senhores, lembrando que, todo o descritivo necessário para elaboração do documento está em anexo. Tentei fazer um breve resumo de nossa necessidade para facilitar o processo, em caso de dúvidas, peço que o contato seja feito por e-mail, ou através de meu Whats (55)981140036.

Se possível, solicito orçamento dos senhores até o dia 27 de setembro, visando dar celeridade ao processo e partir para os demais trâmites necessários para realização do pregão. Sendo o que havia para o momento.

Anexo X - Proposta_Claro_2024 (REITORIA).pdf

PROPOSTA COMERCIAL**A REITORIA**

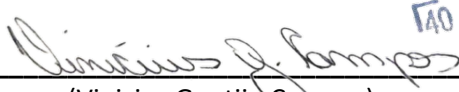
Pelo presente, CLARO S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.544/0001-47 e inscrição estadual nº 114.814.878.119, estabelecida na R HENRI DUNANT, 780, TORRE A E TORRE B, SANTO AMARO, SAO PAULO-SP, CEP: 04.709-110, vem, por intermédio do seu representante legal ao final assinado, propor os preços abaixo descritos:

REITORIA				
PLANO	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR MENSAL	VALOR 24 MESES
Claro Max 3.0 Ilimitado 10GB Em Dobro	10	R\$ 210,00	R\$ 2.100,00	R\$ 50.400,00
GAL S24 ULTRA 5G 512 GB	10	COMODATO	COMODATO	COMODATO
Sim Card TRIPLE	10	COMODATO	COMODATO	COMODATO
TOTAL			R\$ 2.100,00	R\$ 50.400,00

Validade da proposta 12/11/2024, contados da data da sua emissão.

Os dados da nossa empresa são:

- a) **Razão Social:** CLARO S.A.;
- b) **CNPJ (MF) nº:** 40.432.544/0001-47;
- c) **Inscrição Estadual nº:** 114.814.878.119;
- d) **Endereço:** R HENRI DUNANT, 780, TORRE A E TORRE B, SANTO AMARO,
- e) **Fone:** 62 9 92084336;
- f) **CEP:** 04.709-110
- g) **Cidade:** SAO PAULO **Estado:** SP;
- h) **Representante legal com poderes para assinar o contrato:** Vinicius Gontijo Campos;
- i) **Endereço Eletrônico:** vinicius.gcampos@claro.com.br;
- j) **Qualificação (Cargo, RG, CPF):** Executivo de contas, 4219952 DGPC/GO, 003.500.261-14;
- j) **Banco:** Banco do Brasil **Conta Corrente:** 6014-3 **Agência:** 3070-8.


(Vinicius Gontijo Campos)

40 432 544/0001-47
CLARO S/A.
RUA HENRI DUNANT, 780
CEP. 04709-110 - SANTO AMARO-SP

**Anexo XI - Proposta_Claro_2024 (CAMPOS JAGUARÃO).
pdf**

PROPOSTA COMERCIAL**AO CAMPOS JAGUARÃO**

Pelo presente, CLARO S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.544/0001-47 e inscrição estadual nº 114.814.878.119, estabelecida na R HENRI DUNANT, 780, TORRE A E TORRE B, SANTO AMARO, SAO PAULO-SP, CEP: 04.709-110, vem, por intermédio do seu representante legal ao final assinado, propor os preços abaixo descritos:

CAMPOS JAGUARÃO				
PLANO	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR MENSAL	VALOR 24 MESES
Claro Max 3.0 Ilimitado 10GB Em Dobro	3	R\$ 210,00	R\$ 630,00	R\$ 15.120,00
GAL S24 ULTRA 5G 512 GB	3	COMODATO	COMODATO	COMODATO
Sim Card TRIPLE	3	COMODATO	COMODATO	COMODATO
TOTAL			R\$ 630,00	R\$ 15.120,00

Validade da proposta 12/11/2024, contados da data da sua emissão.

Os dados da nossa empresa são:

- a) **Razão Social:** CLARO S.A.;
- b) **CNPJ (MF) nº:** 40.432.544/0001-47;
- c) **Inscrição Estadual nº:** 114.814.878.119;
- d) **Endereço:** R HENRI DUNANT, 780, TORRE A E TORRE B, SANTO AMARO,
- e) **Fone:** 62 9 92084336;
- f) **CEP:** 04.709-110
- g) **Cidade:** SAO PAULO **Estado:** SP;
- h) **Representante legal com poderes para assinar o contrato:** Vinicius Gontijo Campos;
- i) **Endereço Eletrônico:** vinicius.gcampos@claro.com.br;
- j) **Qualificação (Cargo, RG, CPF):** Executivo de contas, 4219952 DGPC/GO, 003.500.261-14;
- j) **Banco:** Banco do Brasil **Conta Corrente:** 6014-3 **Agência:** 3070-8.

(Vinicius Gontijo Campos)

40 432 544/0001-47
CLARO S/A.
RUA HENRI DUNANT, 780
CEP: 04709-110 - SANTO AMARO-SP

**Anexo XII - Proposta_Claro_2024 (SANTANA DO
LIVRAMENTO).pdf**

PROPOSTA COMERCIAL**A SANTANA DO LIVRAMENTO**

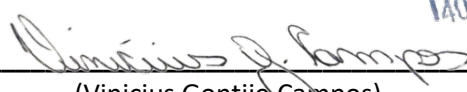
Pelo presente, CLARO S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.544/0001-47 e inscrição estadual nº 114.814.878.119, estabelecida na R HENRI DUNANT, 780, TORRE A E TORRE B, SANTO AMARO, SAO PAULO-SP, CEP: 04.709-110, vem, por intermédio do seu representante legal ao final assinado, propor os preços abaixo descritos:

SANTANA DO LIVRAMENTO				
PLANO	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR MENSAL	VALOR 24 MESES
Claro Max 3.0 Ilimitado 10GB Em Dobro	5	R\$ 210,00	R\$ 1.050,00	R\$ 25.200,00
GAL S24 ULTRA 5G 512 GB	5	COMODATO	COMODATO	COMODATO
Sim Card TRIPLE	5	COMODATO	COMODATO	COMODATO
TOTAL			R\$ 1.050,00	R\$ 25.200,00

Validade da proposta 12/11/2024, contados da data da sua emissão.

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: CLARO S.A.;
- b) CNPJ (MF) nº: 40.432.544/0001-47;
- c) Inscrição Estadual nº: 114.814.878.119;
- d) Endereço: R HENRI DUNANT, 780, TORRE A E TORRE B, SANTO AMARO,
- e) Fone: 62 9 92084336;
- f) CEP: 04.709-110
- g) Cidade: SAO PAULO Estado: SP;
- h) Representante legal com poderes para assinar o contrato: Vinicius Gontijo Campos;
- i) Endereço Eletrônico: vinicius.gcampos@claro.com.br;
- j) Qualificação (Cargo, RG, CPF): Executivo de contas, 4219952 DGPC/GO, 003.500.261-14;
- j) Banco: Banco do Brasil Conta Corrente: 6014-3 Agência: 3070-8.


(Vinicius Gontijo Campos)

40.432.544/0001-47
CLARO S/A.
RUA HENRI DUNANT, 780
CEP. 04709-110 - SANTO AMARO-SP

Anexo XIII - Relatório de pesquisa de preço.pdf

Relatório de pesquisa de preço

Título: Serviço de Telefonia móvel com fornecimento de smartphones

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico - Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e Dados), nas modalidades Local, Longa Distancia Nacional (LDN) e Discagem Direta Internacional (DDI) e roaming internacional a ser executado de forma contínua, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento. Os serviços serão prestados de forma continuada, para a Reitoria do IFSul e os Campus Jaguarão e Santana do Livramento nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Tabela 01 - Serviços e quantidades estimadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATER	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 60 MESES	VALOR (Máximo Aceitável)	VALOR (Máximo Aceitável para 60 Meses)
1	Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Campus Santana do Livramento, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa	26387	mês	300	R\$210,00	R\$ 63.000,00

	<p>postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p> <p><i>*Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i></p> <p><i>** Campus Santana do Livramento necessita do fornecimento de até 05 SmartPhones + Chips.</i></p>					
2	<p>Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Campus Jaguarão, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território</p>	26387	mês	180	R\$210,00	R\$ 37.800,00

	<p>Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional.</p> <p>Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p> <p><i>*Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i></p> <p><i>** Campus Jaguarão necessita do fornecimento de até 03 SmartPhones + Chips.</i></p>					
3	<p>Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Reitoria, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional.</p> <p>Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a</p>	26387	mês	600	R\$210,00	R\$ 126.000,00

tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.					
<i>*Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)</i>					
<i>**Reitoria necessita do fornecimento de até 10 SmartPhones + Chips.</i>					

**Com relação ao serviço de roaming internacional o mesmo será ativo por demanda, e o valor referenciado contempla o total de linhas solicitado pelas unidades participantes do certame.*

***O quantitativo de linhas/aparelhos que serão contratados pelas unidades está descrito neste tópico.*

Velocidade de download e upload nominal absolutamente compatível com a tecnologia em operação, atendendo ao Regulamento da ANATEL e plena cobertura e atendimento das localidades dos membros que já foram listados neste Estudo Técnico Preliminar;

Tecnologia digital, 3G, 4G e 5G e/ou superior (quando possível dentro da área de abrangência), incluindo transmissão de voz e dados, roaming nacional automático, envio e recebimento de mensagens de texto (SMS) e multimídia (MMS), pós pago para qualquer, operadora e destino sem custo adicional englobando chamadas (locais, DDD), pacote de dados, pacote de SMS e MMS;

Tabela 02 - Características MÍNIMAS dos aparelhos e acessórios

Características	
Aparelho	Celular, tipo SmartPhone DUAL CHIP (Nano-SIM (4FF)), na cor PRETA ou PRATA.
Acessórios	Fone de Ouvido (com fio), Carregador Bivolt, Manual de uso do aparelho em Português (impresso em papel ou online), Extrator de Chip
Funcionalidades	Vibração, opção de seleção de chip para realizar ligações ou navegar na internet, bloqueio do uso de dados, modo avião, viva voz, discagem rápida, conferência, registro de chamadas (discadas/recebidas/não atendidas), chamada em espera, player de música e de vídeo, browser com suporte a HTML/HTML5, envio de SMS e MMS, edição de texto, calculadora, agenda de compromissos, calendário, alarme/despertador, proteção de tela, acesso ao telefone através de senha e biometria, suporte da conta de e-mail, permitir a visualização do documentos em diferentes

	formatos (DOC, XLS, PDF), permitir a localização do aparelho no caso de perda ou roubo (quando permitido pelo Sistema Operacional), função de migração/espelhamento telefone anterior (quando permitido pelo Sistema Operacional).
Conectividade	Wi-Fi (802.11 b/g/n/ac/ax) - 2.4GHz+5GHz, Roteador Wi-Fi, Bluetooth, conexão com PC/Notebook via USB, GPS.
Rede de Dados	3G, 4G e 5G (quando existir disponibilidade) nos padrões autorizados pela ANATEL
Rede GSM	QuadriBAND (850/900/1800/1900 MHz)
Tela	Tamanho: 6.1” FHD (Mínimo), função de autorrotação da tela, touchscreen capacitivo.
Bateria	3900mAh
Processador	Octa-Core (velocidade mínima 2.5GHz)
Armazenamento Interno	128Gb (Mínimo)
Memória RAM	8Gb (Mínimo)
Resolução Câmera Frontal	12MP (Mínimo)
Resolução Câmera Traseira	12MP (Mínimo), Zoom digital até 10x, Flash-LED, Estabilizador de Imagem, Foco Automático
<i>Equipamento novo, primeiro uso, garantia mínima de 01 ano.</i>	

I - IDENTIFICAÇÃO DO(S) AGENTE(S) RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO

Nome Completo: Rodrigo de Oliveira Estela

SIAPE: 2223582

Cargo: Analista de TI

E-mail: rodrigoestela@ifsul.edu.br

Nome Completo: Ana Paula Vaz Albano

SIAPE: 2028324

Cargo: Assistente em Administração

E-mail: Anaalbano@ifsul.edu.br

Nome Completo: Bruno Ernesto Techera da Motta

SIAPE: 2178693

Cargo: Técnico Tecnologia da Informação

E-mail: brunomotta@ifsul.edu.br

Nome Completo: Rogerio Valente Ernst

SIAPE: 1817992

Cargo: rogerioernst@ifsul.edu.br

E-mail: TECNICO EM ELETROTECNICA

Nome Completo: Marcelo Felipe Saraiva Borba

SIAPE: 3045326

Cargo: marceloborba@ifsul.edu.br
E-mail: TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO

II . FONTES CONSULTADAS:

Em observância ao Art. 5º, Incisos I e II, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, foi realizada uma pesquisa de preços no **Painel de Preços do Governo Federal**, bem como no sistema de pesquisa **Banco de Preços**, nos quais foram encontrados itens similares. No entanto, esses itens não foram utilizados em razão da especificidade da nossa demanda.

Quanto aos Incisos III e V do Art. 5º da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, essas ferramentas não foram aplicadas, pois os itens da presente contratação não estariam integralmente abarcados pelas pesquisas realizadas nessas fontes, devido à especificidade dos itens a serem contratados.

Por fim, optou-se pela realização de pesquisa de preços diretamente com fornecedores, em conformidade com o Art. 5º, Inciso IV, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**. Contudo, não foi possível atingir o mínimo de três fornecedores, conforme já mencionado no levantamento de mercado disponível no Estudo Técnico Preliminar.

III. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

Foram realizadas diversas tentativas de obtenção de orçamentos junto a fornecedores, conforme mencionado e demonstrado nos anexos do Estudo Técnico Preliminar. Entretanto, apenas um fornecedor apresentou proposta.

IV. MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO;

Não se aplica;

V. JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL.

Considerar-se-á apenas o orçamento apresentado por um fornecedor, com base no Art. 6º, § 5º da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, fundamentado nas justificativas já apresentadas na presente pesquisa de preços e no levantamento de mercado constante no Estudo Técnico Preliminar.

Anexo II - CONTRATO5_2024.pdf

Contrato 5/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2024	158126-INSTITUTO FED SUL R. GRANDENSE	RODRIGO DE OLIVEIRA ESTELA	22/10/2024 11:50 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23495.000503.2024-41

1. Cláusula primeira - do objeto

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A União, por intermédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense Câmpus Santana do Livramento, com sede no(a) Avenida Paul Harris, nº 410, Fortin , na cidade de Santana do Livramento/Estado do Rio Grande do Sul, Inscrito no CNPJ sob o nº 10.729.992/0010-37, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico - Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e Dados)**, nas modalidades Local, Longa Distancia Nacional (LDN) e Discagem Direta Internacional (DDI) e roaming internacional a ser executado de forma contínua, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados a partir de XX/XX/XXXX e com encerramento em XX/XX/XXX prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

- b. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d. *Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e. *Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.3. *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

2.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. Cláusula quarta - subcontratação

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Cláusula quinta - preço

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. Cláusula sexta - pagamento

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. Cláusula sétima - reajuste

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado[A2] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de *1 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

IV. Multa:

1. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;
2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 - a. *O atraso superior a 90 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% a 2% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 2% a 3% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 3 % a 4% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 4% a 5% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 6% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e

parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.14. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3 Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. Cláusula décima quarta - dotação orçamentária

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 26436/154773;
- II. Fonte de Recursos: 1000000000;
- III. Programa de Trabalho: 12363511220RL0043
- IV. Elemento de Despesa: 339040;
- V. Plano Interno: L20RLP0114N;
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. Cláusula décima quinta - dos casos omissos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. Cláusula décima sexta - alterações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. Cláusula décima sétima - publicação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. Cláusula décima oitava - foro

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro Justiça Federal em Pelotas/RS, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, Subseção Judiciária de Pelotas/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO DE OLIVEIRA ESTELA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:38:01.

BRUNO ERNESTO TECHERA DA MOTTA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/10/2024 às 11:50:26.

ROGERIO VALENTE ERNST

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:38:45.

ANA PAULA VAZ ALBANO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:34:36.

MARCELO FELIPE SARAIVA BORBA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:36:02.

Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Precos.pdf

ANEXO III**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - CAMPUS
SANTANA DO LIVRAMENTO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º

O(A).....INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico - Serviço Móvel Pessoal -SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e Dados), nas modalidades Local, Longa Distancia Nacional (LDN) eDiscagem Direta Internacional (DDI) e roaming internacional a ser executado de forma contínua,conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 90024/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
	Especificação	Unidade/Mês	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
01	Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Campus com ligações ilimitadas	60	300	1		

Santana do Livramento, locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP- FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de					
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar. *Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber					
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

	chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)** Campus Santana do Livramento necessita do fornecimento de até 05 SmartPhones + Chips					
02	Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Campus com ligações ilimitadas locais (VC1) e de Jaguarão, longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ), pacote de dados de 20GB. Roaming	60	180	1		

<p>Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as especificações deste estudo técnico preliminar.</p>					
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

	<p>*Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)**</p> <p>Campus Jaguarão necessita do fornecimento de até 03 SmartPhones + Chips.</p>					
03	<p>Serviço Móvel Pessoal (SMP) para IFSul – Reitoria, com ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para fixo ou móvel de qualquer operadora, incluindo caixa postal, envio de SMS, roaming nacional (deslocamento), tarifa-zero local móvel-móvel (intragrupo, mesmo CNPJ),</p>	60	600	1		

pacote de dados de 20GB. Roaming Internacional (sob demanda), contemplando: Chamadas Internacionais (LDI-STFC /SMP-FM/F) - Destino Fixo, Chamadas Internacionais (LDI-STFC/SMP-FM/M) - Destino Móvel, acesso a caixa postal. Uso ilimitado de Whatsapp (Independente da Franquia Contratada de Internet). Franquia de Dados estimada em 20GB no território Nacional, e até 2Gb quando em Roaming Internacional. Fornecimento de chips (SIM Cards) para as respectivas linhas telefônicas + fornecimento de Aparelhos compatíveis com a tecnologia atual de acordo com as					
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

<p>especificações deste estudo técnico preliminar.</p> <p>*Desde o início do contrato, os aparelhos/linhas telefônicas devem ter a possibilidade de realizar e receber chamadas para a República Oriental do Uruguai (+598)**Reitori a necessita do fornecimento de até 10 SmartPhones + Chips.</p>					
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense – Campus Santana do Livramento.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. *O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício*

financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital.

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do	Fornecedor
---------	------------

TR								
X	Especificação	<i>Marca</i> <i>(se exigida no edital)</i>	<i>Modelo</i> <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	<i>Prazo</i> <i>garantia</i> <i>ou</i> <i>validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	<i>Marca</i> <i>(se exigida no edital)</i>	<i>Modelo</i> <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	<i>Prazo</i> <i>garantia</i> <i>ou</i> <i>validade</i>

Anexo IV - MODELO DE PROPOSTA ANEXO IV.pdf

ANEXO IV

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE - CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 90024/2024

PROCESSO Nº 23495.000842.2024-28

ITEM	Descrição do Item	Unid./Mês	QTD/P 60 meses	Valor máximo aceitável mês	Valor máximo aceitável 60 meses
01					
02					
03					

Prazo de validade da proposta: no mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

A execução dos serviços será iniciada conforme emissão de ordem de serviço.

Local de entrega dos materiais conforme tabela 3 do termo de Referência, Anexo I do edital.

Declaração: Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Licitante: Razão Social, CNPJ, endereço completo, número do telefone, fax e e-mail, bem como, número da conta corrente, nome do banco e agência onde deseja receber seus créditos.

_____, ____ de _____ de 2024.

(Nome do declarante)

(N.º da CI do declarante)